



## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 1833/SPE/MME, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022

**O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48340.004014/2022-91, resolve:

Art. 1º Aprovar como Prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto da Central Geradora Fotovoltaica denominada Caldeirão Grande VI, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.031686-5.02, de titularidade da empresa Central Geradora Solar Nótus S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.960.127/0001-31, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Central Geradora Solar Nótus S.A. e a sociedade controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do projeto atualizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do projeto Prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Geradora Solar Nótus S.A. a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta

Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como Prioritário, para fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 5º A revogação da outorga da Central Geradora Fotovoltaica Caldeirão Grande VI e o descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicarão na revogação da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## **JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE**

### **ANEXO**

Titular do Projeto		
Razão Social Central Geradora Solar Nótus S.A.		CNPJ 12.960.127/0001-31
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social Éolos Energias Renováveis S.A.	CNPJ 12.959.267/0001-90	Participação (%) 100
Características do Projeto		
Outorga de Autorização Resolução Autorizativa nº 4.751, de 9 de julho de 2014, alterada pela Resolução Autorizativa nº 11.396, de 22 de março de 2022.		
Denominação do Projeto UFV Caldeirão Grande VI - CEG: UFV.RS.PI.031686-5.02.		
Descrição Central Geradora Fotovoltaica compreendendo nove unidade de 3.437 kW, totalizando 30.933 kW de capacidade instalada, e sistema de transmissão de interesse restrito, conforme ato autorizativo.		
Localização [UF] Estado Piauí.		
Mês/Ano de Conclusão do Projeto fevereiro de 2023.		



Documento assinado eletronicamente por **José Guilherme de Lara Resende, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético**, em 28/11/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://www.mme.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0696478** e o código CRC **285204FA**.

